História intelectual e etnografia do fazer científico

CHRISTIANO KEY TAMBASCIA

O atual dossiê surgiu de um antigo projeto que visava produzir reflexões sobre a história das ciências sociais, mais especificamente sobre a história da antropologia no Brasil, tal como desenvolvida no país nas últimas décadas. Dessa forma, um conjunto inicial de artigos aqui reunidos teve como orientação a preocupação com a formação de um campo em que essa antropologia é praticada: do ponto de vista de uma investigação institucional, retrazendo redes e debates realizados por alguns de seus principais intérpretes; mas também pela atenção à própria constituição de uma imaginação antropológica que cunhou o tipo de pensamento crítico e reflexivo que, como uma espiral, volta-se para essa própria historiografia. Os artigos iniciais são os de Julia Goyatá e Luísa Valentini, sobre capítulos importantes das ciências sociais feitas na França: respectivamente, sobre os intelectuais reunidos ao redor do *Collège de Sociologie*, e sobre o laboratório de antropologia de Lévi-Strauss. A estes somaram-se os artigos de Lidiane Rodrigues, Lindinalva Laurindo Teodorescu e Paulo Renato Guérios, sobre os quais falarei mais a seguir.

Desde o início ficou claro que a formação de um conjunto de textos não deveria seguir qualquer tipo de critério que tivesse como pretensão oferecer uma análise panorâmica (ou mesmo exaustiva) da formação das ciências sociais, no Brasil ou no exterior (em que é preciso ressaltar as formas como tais processos informaram e rebateram em debates nacionais, uma vez que a internacionalidade dessa formação não é apenas elemento constitutivo, mas também inevitável). Essa reflexividade, concretizada em uma história da antropologia, por exemplo, não poderia almejar “preencher lacunas”, mesmo trazendo à baila aspectos desconhecidos ou pouco conhecidos de personagens ou eventos que podemos considerar importantes para a disciplina.

Os artigos desse dossiê são valiosos, é evidente, aos interessados em alguns detalhes, pouco conhecidos, das trajetórias dos intelectuais que elegeram como foco de análise. Entretanto, seu conjunto atenta para os ganhos heurísticos de uma etnografia da vida intelectual, ressaltando maneiras atentas de ver e ler as fontes que foram mobilizadas: sejam sobre os dados primários dos arquivos e da memória da história da ciência no Brasil e em outros contextos, sejam as refeitas pela crítica às publicações (ao

considerar sua própria produção, mas também as maneiras de sua apropriação, multiplicando os significados ali condensados e possibilitados). Dessa forma, em um segundo momento, o artigo de Lidiane Rodrigues foi incorporado ao conjunto de textos que começava a tomar forma, deslocando a área de investigação, a história da antropologia, estritamente, para incluir o estudo da trajetória de uma figura importante da filosofia tal como instituída em São Paulo na segunda metade do século passado: José Arthur Gianotti. Deslocamento temático, mas que justamente por isso ressaltou outra forma de aproximação com os outros artigos que compõem esse dossiê: uma aproximação possibilitada por uma análise densa dos significados condensados e mesmo feitos nos contextos históricos em que esses intelectuais atuavam (ou seja, atentando para uma política do conhecimento indissociável dos sentidos atribuídos pelos sujeitos a constrangimentos e percepções das posições sociais que ocupavam). Os artigos de Lindinalva Laurindo Teodorescu e de Paulo Renato Guérios somaram-se ao conjunto, direcionando o olhar para outros espaços de produção antropológica, mesmo que várias das preocupações quanto à institucionalização e modernização das ciências sociais, entrevistas em contextos mais investigados pelos historiadores da ciência, tenham se mostrado convergentes (ainda que enfrentados em situações distintas, o que de fato faz toda a diferença, em termos dos arranjos possíveis realizados pelos sujeitos que transitam por esses campos). Teodorescu e Guérios propuseram pensar, respectivamente, sobre as trajetórias dos antropólogos Carmen Junqueira e José Loureiro Fernandes.

Os cinco artigos, de Julia Goyatá, Luísa Valentini, Paulo Guérios, Lindinalva Laurindo Teodorescu e Lidiane Rodrigues, tratam de contextos e autores que apenas tangencialmente formam uma rede, tal como pensada nas conexões estabelecidas de um ponto de vista historiográfico. Também se enveredam de formas distintas pelo conjunto de preocupações que perseguiram seus interlocutores (ressalto o termo para reforçar o caráter subjetivo e intersubjetivo dessa apresentação, mesmo sob o risco de tecer relações de leitura não imaginadas ou intencionadas pelos autores, separadamente). Ainda assim, praticam aquilo que se convencionou denominar de etnografia do conhecimento (objetivada em uma etnografia das fontes dessas histórias), para pensar sobre a importância de algumas trajetórias intelectuais e também sobre a constituição do campo acadêmico brasileiro contemporâneo.

Difícilmente seria possível encontrar eixos transversais, teóricos ou metodológicos, que de fato conectassem os artigos sob algum guarda-chuva que expressasse um projeto comum. Penso ser interessante, não obstante, observar algumas questões relevantes sobre a história intelectual (ou melhor, sobre histórias intelectuais, no plural) realizada(s) nos últimos anos no Brasil. Sobretudo é preciso ser destacada, ao menos nos últimos 50 anos, a centralidade de uma crítica reflexiva, que tomou a forma de uma investigação da história da própria atividade científica, o que tem resultado em maneiras variadas de repensá-la. Mesmo que para propor outras abordagens dessa história.

Pessoalmente, posso dizer que esse antigo projeto de que falava foi inspirado no influente “Projeto História da Antropologia no Brasil 1930-1960 (testemunhos)” (PHAB), proposto por Manuela Carneiro da Cunha quando atuava na Universidade Estadual de Campinas no começo dos anos 1980. Este projeto foi depois coordenado e desenvolvido por Mariza Corrêa, que produziu uma valiosa pesquisa sobre a história da antropologia no Brasil, uma paixão à qual se dedicou pelo restante da carreira. Corrêa, claro, mantinha uma extensa e atenta interlocução com outros historiadores da disciplina (al-

guns dos quais são referências para os autores e as autoras desse dossiê). Não cabe aqui realizar uma cartografia minuciosa desse arcabouço crítico. Basta apontar que esse debruçar-se sobre o que faziam nossos ancestrais intelectuais significava, mais do que tudo, repensar um fazer que, junto com sua própria autoanálise, instaurava um tenso (e por vezes, constrangedor) acerto de contas com tais antecessores e com as estruturas acadêmicas que ajudaram a criar. Para Corrêa, indagar sobre um passado que ainda atua sobre nossa política analítica era fundamental para fazeres científicos cientes de seus pontos cegos, inclusive sobre a violência epistemológica potencial de uma perspectiva científicista. Retomar a forte tradição de história da ciência no Brasil, podemos concluir, permite compreender o próprio campo em que atuamos, que transformamos ou reproduzimos.

No caso de Corrêa, para tornar a discussão mais concreta, isso estava intimamente relacionado com sua preocupação com os estudos de gênero, o que gerou ganhos analíticos inovadores (mais do que alternando preocupações com temas de pesquisa impermeáveis entre si), produzindo uma perspectiva de fato crítica, indo muito além de qualquer reflexão puramente factualista. *Antropólogas e Antropologia*, livro publicado em 2003, cujo título parodia o famoso livro de Adam Kuper que lhe antecedeu, ao mesmo tempo em que deixa clara a denúncia de um viés generificado na suposta neutralidade objetiva da história da ciência, é apenas o maior exemplo do tipo de análise atenta sobre o fazer acadêmico que não apenas inscreveu o PHAB no conjunto da produção bibliográfica brasileira sobre a história das ciências sociais e humanas do último século, como também ajudou a formar um campo de investigação afeito a perguntas que guiavam pesquisas desconfiadas com as biografias sem marcações sociais de posição.

Evoco esse breve vislumbre de uma vasta e diversa história das ciências no Brasil, na forma do trabalho de uma de suas principais praticantes, para chamar a atenção para uma postura crítica que permeia essa posição inquieta, problematizadora, que guia as curiosidades etnográficas partilhadas pelos cinco autores aqui reunidos. Menciono o projeto de Mariza Corrêa, enfim, uma vez que esse serviu de parâmetro para ideia de continuar tal trabalho historiográfico, com as devidas limitações, mas que tem produzido alguns resultados interessantes: sobretudo, a organização do arquivo e da memória da antropologia e de suas instituições (inclusive com formação de um arquivo, literal, de sua principal associação, a ABA, depositado no Arquivo Edgard Leuenroth da Unicamp, por iniciativa de Corrêa).

O artigo de Luísa Valentini, “O meio de ter ideias imprevistas: Lévi-Strauss, fichas e fichários”, retoma uma preocupação anterior da autora, de sua pesquisa sobre a Sociedade de Etnografia e Folclore de São Paulo na década de 1930, para refletir sobre a criação de um laboratório de antropologia por parte do pensador francês, que buscava instituir a disciplina do rigor científico que entrevia em outras áreas do conhecimento. Valentini já havia investigado a relação de Dina Dreyfus e Claude Lévi-Strauss, jovens professores recém-chegados em São Paulo por ocasião da criação da Universidade de São Paulo, com Mário de Andrade (então diretor do Departamento de Cultura da cidade), e se deparado com a gênese do projeto lévi-straussiano do laboratório, da reflexão sobre os meios (inclusive físicos) para a prática antropológica. Fichas, ficheiros, em sua materialidade, são suportes de uma imaginação científica, que no caso parece tensionar as noções de autoria e de padronização: sua análise configurando uma espécie de metáfora da dificuldade do historiador das ideias, que faz malabarismos com a

riqueza idiossincrática das vidas, mas também com aquilo que lhe dá inteligibilidade (no próprio ato significativo, estendido às formas que dispomos de entendê-los). Conhecemos a história da disciplina pelo ensino da mesma, por parte de uma figura que, lembra Valentini, é notória por sua capacidade de seduzir por sua erudição, pela atenção obsessiva com a forma, com um procedimento que nos engendra, quase febrilmente (ao ponto de ser acusado de realizar uma forma de prestidigitação intelectual). O texto cuidadoso da autora, nesse sentido, busca retomar aquilo que para Lévi-Strauss era também fundamental: a importância da forma do pensamento. Valentini destaca, assim, a intenção colaborativa, de alguém ciente de seu brilhantismo, mas também da dimensão assustadoramente ambiciosa de seu projeto, tornado instituição justamente por isso. O que Valentini busca realizar é retomar uma das trajetórias mais estudadas na história da disciplina antropológica, inclusive sobre eventos sempre resgatados nas narrativas historiográficas da confusão do homem e uma disciplina, pela atenção ao fichário, cuja ideia, retomada em diversos momentos da carreira de Lévi-Strauss, permite a própria antropologia, a comparação. Comparação que só é possível pelo artifício da simplicidade enganosa da exposição, da familiaridade que apela ao espírito e a complexidade do pensamento, em um texto que se constrói na vertigem de sua execução, que ao mesmo tempo precisa ordenar e organizar o material de que é feito. Valentini destaca a importância do embaralhar, em sua acepção ideal e material, que as fichas evocam, como o caminho para propor a própria decomposição da etnografia. Assim, parece surgir um Lévi-Strauss que, diferente das usuais caracterizações, conjuga com igual interesse o trabalho etnográfico e a reflexão do gabinete, etapas nunca exatamente separadas e que reconcilia o mental e o material, que por sua vez parecem conferir novas possibilidades de pensar a oposição entre consagração e a suspeita de sua atuação, constantes na trajetória do antropólogo francês. O tempo no Brasil, a formação no contexto americanista, a carreira na França, todos capítulos conhecidos de sua trajetória ganham novas linhas relacionais, no estudo da ambição da catalogação e da cartografia do laboratório, para o fazer científico. Por fim, o artigo de Valentini realiza uma discussão fina de um aspecto da obra de Lévi-Strauss geralmente pouco lembrado, o de sua atuação no Museu do Homem e a importância das coleções etnográficas que formou no Brasil, compreendidas à luz da reflexão sobre as relações formais e históricas que de fato articulam cultura e estrutura, para lidar com a diferença e o universal. Esse debate teórico, é bom destacar, é feito na segurança da precisão histórica, ao acompanhar como e em que contexto as ideias de Lévi-Strauss vieram à público. A etnografia de arquivos que Valentini realizou busca recuperar a alquimia de um imaginário social, objetivado nos processos de evidenciação laboratoriais, tentativas de um homem para agrupar suas ideias.

Julia Goyatá propõe analisar a curta, mas importante, experiência que um grupo de intelectuais franceses buscou desenvolver: O *Collège de Sociologie* criado em Paris no período do entre-guerras por Michel Leiris, Roger Callois e Georges Bataille. Em “Um foco de energia: o *Collège de Sociologie* e a noção de sagrado (1937-1939)”, a autora resgata um universo de discussões que parecia conjugar uma reflexão etnográfica, o desenvolvimento da ciência na França por uma geração que reagia a uma herança durkheimiana e uma atuação política em um momento que o país testemunhava com preocupação a ascensão do totalitarismo na Europa. O sagrado, para os intelectuais que atuavam no *Collège*, nos mostra Goyatá, deixava de ser apenas um objeto de estudo, por uma perspectiva analítica, para ser alça-

do a um móvel que possibilitaria transformações da sociedade contemporânea, que progressivamente parecia perder as conexões com um espírito humanista. Por um breve período Callois, Bataille e Leiris levaram adiante um projeto que buscava conjugar a crítica à modernidade e alguns de seus valores, mas de uma forma bastante particular – e certamente repleta de contradições e tensões. Proposta científica, a sociologia engajada que se delineava, não obstante, tinha como objetivo superar desavenças sobre essas formas de atuação política. Uma origem durkheimiana logo é denunciada na atuação desses personagens que, ao mesmo tempo, buscavam defender um ativismo intelectual para além da vida universitária e que conciliava ação e reflexão. Goyatá busca demonstrar que a percepção de Leiris, Callois e Bataille, de que eram intelectuais que faziam parte da sociedade que buscavam compreender, era o meio que encontraram de efetivamente justificar o caráter ativista da empreitada (justamente aquilo que Merleau-Ponty iria, algumas décadas depois, encontrar na antropologia social promovida por Marcel Mauss: uma que significasse uma sociologia não divorciada do social, em que seus integrantes estão inseridos em uma rede simbólica compartilhada). A “sociologia sagrada”, não apenas “do sagrado”, parece ser uma das iniciativas mais radicais oriundas de um clima de crítica e renovação que marcou a França entre as guerras, que inclusive questionava a própria ciência de teor mais positivista. O artigo de Goyatá recupera com propriedade as tensões e disputas em um contexto crucial para o estabelecimento da academia francesa tal como a conhecemos. Trata-se de um período em que a potência da reflexão do sagrado significou e ajudou a materialização de um clima de subversão, de transgressão, gestado na pessoa, mas que almejava uma renovação política. É essa aura de reação ao irracionalismo, na geopolítica europeia, que reinscreve o debate sobre racionalidade, articulando a etnologia praticada e o combate ao nazi-fascismo (curiosamente também voltado à uma mística do coletivo, o que evidentemente não passou despercebido a essas pessoas). A autora busca, enfim, delinear uma agenda que requer mais reflexões, sobre uma política dos afetos que era necessária ser enfrentada, urgentemente, naqueles anos de ebulição em Paris.

Lidiane Soares Rodrigues volta sua atenção para a trajetória de José Arthur Gianotti e, ao fazê-lo, discorre sobre o internacionalismo da experiência acadêmica de meados do século passado, capítulo fundante da institucionalização das ciências sociais e da filosofia no Brasil. Em “Um departamento municipal no ultramar francês: o cosmopolitismo de José Arthur Giannotti”, a autora reflete sobre a transnacionalidade acadêmica que, para além das posições institucionais asseguradas, ou a criação de um capital intelectual cunhado no intercâmbio sobretudo com a França, fazia circular investimentos simbólicos importantes para certos intelectuais e os grupos que ajudaram a constituir. Ou seja, é através de uma etnografia dos comentários realizados e dos sentidos atribuídos às disputas, tais como percebidas por Gianotti, que a autora busca mostrar como foram de fato sendo criadas as estruturas e instituições em que uma rede importante da filosofia paulista atuou, em um contexto em que interesses de elites periféricas e centrais convergiam (manifestados na política acadêmica nacional). É possível acompanhar a sobreposição tensa entre o intercâmbio acadêmico e o campo geopolítico mais amplo, experienciado pela primeira geração de filósofos formados na USP, herdeiros do olhar voltado para a Europa que criou a universidade. Rodrigues acompanha com cuidado, pela trajetória de Gianotti, a política de exportação e treinamento dos alunos formados por aqueles professores outrora importados,

ou por sua vez formados por esses. No percurso analítico realizado é possível vislumbrar as disputas internas à academia brasileira que, mesmo quando não materializadas de fato na formação de grupos hegemônicos na universidade, fizeram parte da experiência formativa dessas pessoas. A autora intercala a análise minuciosa do material de arquivo com uma reflexão, em escala bem mais ampla, da política científica tal como delineada pelo governo federal, para compreender o peso de certos eventos na configuração de uma estrutura acadêmica. Rodrigues nos traz informações ainda pouco tornadas públicas de fato, que chamam atenção para a importância do estudo das relações de amizade, de confiança, entre alunos e professores na constituição de parcerias duradouras, que remetem ao projeto de João Cruz Costa, o quase mitológico primeiro aluno de filosofia da FFCL, que buscava transformar sua própria experiência francófona como padrão de ensino: o prestígio da educação francesa deveria cumprir a função de fornecer o tipo de formação necessária ao jovem campo científico brasileiro. A ida de Gianotti à Rennes na década de 1950 era a concretização das reformas universitárias federais, em que se testemunhou também a criação de uma política de financiamento de nível superior, necessária para essa geração de intelectuais que adotaram um modelo universitário francês e que passaram a ocupar os novos espaços de atuação profissional (ainda que esses espaços não estivessem devidamente assegurados à época, em que outros projetos concorrentes bem poderiam ter vingado; e ainda que parecesse haver um descompasso entre o investimento na França, a expectativa de retorno e o papel do desejo para o trabalho, com a ideia de sacrifício e de esforço que recompensa). Lidiane Rodrigues, além disso, nos traz elementos para entender a importância do ensino da filosofia, enquanto prática, como requisito para a formação de cientistas sociais, imprescindível para jovens sociólogos e antropólogos. A autora mostra o impacto (inclusive pessoal) que os constrangimentos e assimetrias enfrentados tiveram para Gianotti, preenchendo com vida essa sociologia e história intelectual, atentando para a dimensão utópica da imaginação de maneira a compreender as disputas de fato ocorridas no campo – em que uma geopolítica das posições sociais incide apenas transversalmente na experiência tal como narrada e analisada.

Em “Uma revisão crítica da antropologia de Carmen Junqueira”, Lindinalva Laurindo Teodorescu busca apresentar o trabalho da etnóloga, cuja trajetória profissional é parte fundamental da história da antropologia no Brasil e cuja obra dialoga com questões que estão sendo desenvolvidas nos fóruns internacionais de debates da etnologia indígena. A autora propõe interessantes comentários sobre os alcances teóricos da etnologia de Junqueira, ressaltando potencialidades analíticas de seu trabalho, ao sugerir comparações e contrapontos com propostas reflexivas das últimas décadas nessa área do conhecimento. Teodorescu destaca aspectos cruciais do trabalho de campo de Junqueira entre os Kamaiurá e outros povos do Xingu, sobretudo o estudo da esfera da vida econômica em um contexto político interétnico (materializado, por exemplo, nas expectativas dos jovens xinguanos quanto as conexões entre a noção de comunidade e a de cidade), tema de fato central nos debates acadêmicos nas últimas décadas. Ao recuperar a maneira como Junqueira se insere em uma discussão que atualiza questões clássicas da disciplina antropológica, como a da transformação e da permanência, evidenciada no estudo das relações xinguanas com o mundo dos brancos e as mudanças das próprias relações internas nas aldeias, a autora do artigo delinea possibilidades para um estudo histórico comparado entre a obra da etnóloga e outras abordagens contemporâneas em antropologia. É instigante, sobretudo, a

análise da trajetória intelectual de Junqueira, recuperada pelos comentários que Teodorescu faz de suas principais obras (que por sua vez também permitem tecer relações com autores, nem sempre antropólogos, mas que lhe inspiraram para pensar sobre a cosmologia Kamaiurá). Essa análise serve de ponto de partida para acompanhar a reflexão sobre o que é produzido, analiticamente, na atenção ao que circula (sejam bens, seja prestígio), sob uma perspectiva simbólica. Teodorescu, à luz de uma discussão sobre a esfera do imaginário para a constituição de realidades sociais, busca ressaltar a qualidade e a importância da etnografia de Junqueira, atenta para a performatividade praticada, para além do narrado, demonstrando a relevância de uma revisão de sua obra, que continua a tensionar positivamente os debates antropológicos contemporâneos sobre a política cosmológica dos povos ameríndios.

O artigo de Paulo Guérios, “Trajetórias intelectuais marcadas entre a ciência e a religião: José Loureiro Fernandes e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná” também recupera a história da atuação acadêmica de um antropólogo que foi importante para a constituição da disciplina (esteve, por exemplo, presente na primeira reunião da Associação Brasileira de Antropologia, da qual foi mais tarde presidente). Guérios recupera a história de uma interessante disputa por um modelo de ciência que era delineado na academia paranaense, mas que também diz respeito a processos mais amplos da formação das instituições de ensino superior no país em meados do século passado. Trata-se da história da institucionalização das ciências sociais, mas que adquiriu cores particulares na criação da Universidade Federal do Paraná, vista pela potente clivagem entre ciência e religião. Guérios mostra como as desavenças entre grupos de intelectuais divergentes são materializadas em acusações sobre crises de fé, trazidas para a análise através do uso engenhoso de material epistolar e arquivístico, que marca o passo, por assim dizer, de seu texto. O autor também se debruça em outros trabalhos da história da academia paranaense (formando uma bem-vinda cartografia de estudos que se relacionam em uma rede sobre a história intelectual desse contexto) para avaliar o impacto de um repertório discursivo que traduz essa tensão fundante, na universidade moderna, da educação técnica e secular e a religiosa, na base do controle institucional por parte de elites conservadoras e novos quadros laicos. A atuação de Loureiro Fernandes, nos mostra Paulo Guérios, foi decisiva nesse processo de constituição de quadros docentes na primeira metade do século passado, e a própria ambiguidade de sua posição serve de mote para refletir sobre estratégias conflitivas sobre que tipo de orientação uma formação em uma faculdade de filosofia, ciências e letras nesse momento deveria privilegiar. Nesse sentido, a análise do debate tomista naquele contexto universitário ilumina a busca pela conciliação da fé e da razão, em um mundo em que percepção sobre a secularização caminhava junto com o pessimismo quanto aos rumos “individualistas” trazidos pela ciência moderna. O estudo sobre as condições em que tais disputas se concretizaram na academia paranaense permite-nos ver que esse debate não era um simples veículo, esvaziado de sentido próprio, para lutas políticas que ocorriam em outros planos sociais; mas, ao contrário, pareciam realmente constituir as bases para uma educação científica não propriamente positivista: complexa, atenta à metafísica da filosofia católica na formação de um sujeito intelectual determinado. Guérios destaca também a importância do projeto utópico na implementação de certos debates que de fato aconteceram, resolvidos por acadêmicos como Loureiro Fernandes, médico, católico e antropólogo, nas obras que produziram e na atividade docente que realizaram. Por fim, há outro aspecto

importante na trajetória de Loureiro Fernandes que diz respeito a sua atuação no Museu Paranaense, ao acerto de contas com a antropologia física e evolucionista que aprendeu, e ao rompimento com o folclorismo – questões que já foram bastante investigadas em outros contextos da academia brasileira e que podem inserir-se em um campo de estudos de fato em aberto. A reflexão sobre como a religião era encarada em um projeto científico possibilitou acompanhar a singularidade da posição de Loureiro Fernandes: a ética religiosa como uma caução para a atividade científica, que parecia sempre estar sob o risco de tornar-se científicista. A etnografia de como essas preocupações alinhavam-se a clivagens no interior da academia chama a atenção para a complexidade da relação entre uma análise das ideias e uma sociologia do campo intelectual, que necessita de um olhar que transite entre contextos locais e também ultramontanos, a respeito dos desafios da Igreja Católica no mundo contemporâneo. Ou seja, atento aos sentidos atribuídos, mas também aos constrangimentos da vida social, que as ambiguidades a respeito do mundo simbólico e as brechas da esfera normativa conjugam.

A preocupação com os sentidos encontrados e produzidos em um olhar ao passado – o da história intelectual, no caso, da qual somos herdeiros diretos – produz uma história das ideias que desloca a centralidade de uma perspectiva realista, da busca apenas pela veracidade do acontecido. O estudo da produção do conhecimento científico passou a ser prioridade para que seja possível também compreender os efeitos dessa indagação para uma política do presente. Não apenas para preencher lacunas de nosso passado, mas para, de um só tempo, avaliarmos processos que ainda hoje reverberam na prática acadêmica e também como a própria historiografia do campo científico é possível. Refletir etnograficamente sobre as trajetórias de Claude Lévi-Strauss, Michel Leiris, Georges Bataille, Roger Callois, José Arthur Gianotti, Carmen Junqueira e José Loureiro Fernandes, mas também sobre as instituições em que atuaram, sobre as ideias e pessoas contra as quais reagiram, que ajudaram a formar uma imaginação intelectual objetivada em suas obras e atuações, permite ir além da perspectiva factualista e encarar os documentos desses passados de uma maneira curiosa e aberta. Espero que a leitura dos cinco artigos, desses fragmentos de história intelectual, possa ir de encontro às preocupações de um fazer científico ciente de sua própria formação e de uma história produzida (do que é dito, do que deixa de ser dito e como as coisas são ditas e recebidas), que nos constitui, por sua vez, também como sujeitos de conhecimento.

Christiano Key Tambascia é professor de Antropologia da UNICAMP.